



**POR MAIS GEOJUSTIÇA, INTELIGÊNCIA  
GEOGRÁFICA E REVERÊNCIA AOS  
TERRITÓRIOS & O POVO AFROBRASILEIRO!  
A HORA É ESTA!**

### ***Yàgò!***

Nos dias 26 e 28 de agosto de 2022 – Terça-feira de **OGUM** e quinta-feira de **OXOSSÍ**, instituições universitárias, organismos do setor decisório nacional e estadual, professores e estudantes, juntamente com entidades representativas da sociedade civil organizada, participaram das Mesas Redonda 1 - **Mapeamento dos Terreiros Religiosos de Matriz Africana no Brasil: Possibilidades e Perspectivas na Governança Oficial** e 2 – **Ordenamento do Território Afrobrasileiro & a Mentalidade Colonial Dominante: Perspectivas para a Governança Territorial**, compondo as atividades oficiais da 74ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), maior evento científico da América Latina realizado na UnB entre os 25 e 30 de julho deste. A **Mesa Redonda 1** esteve composto por **Mãe Baiana de Oya (Adna Santos) (Terreiro Ile Axe Oya**

*Bagan* – DF), Erika Kokay (Deputado Federal/DF), Vanda Machado (*Iya Egbé - Yle Axé Opo Afonjá* - Salvador/BA) e da Mesa Redonda 2 participaram Luiz Ugeda (Porto Advogados), Roberto Olinto (E-x presidente do IBGE) e Fábio Velame (UFBA). Ambas as atividades foram Coordenadas pelo Prof. Dr. Rafael Sanzio dos Anjos (Pós-AFRO-CEAO-UFBA \ CIGA-GEA-UnB).

A mesa redonda foi promovido pelo **Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação, Cartografia & Ordenamento do Território (Projeto GEOAFRO)**, em parceria com o Centro de Cartografia Aplicada & Informação Geográfica (CIGA-GEA-UnB) e Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-AFRO-CEAO-UFBA).



**Premissas básicas da Mesa 1:** O Brasil é a segunda nação do planeta na atualidade com o maior contingente de povos oriundos dos diversos grupos étnicos do continente africano ao longo dos séculos XVI e XIX. Fomos um dos últimos a abolir oficialmente o sistema escravista na América, apesar de sua manutenção clandestina por quase meio século. Estes fatos históricos são alguns dos reveladores das resistências e dos preconceitos que existiram com os povos africanos e seus descendentes no sistema oficial do país, que ainda

se mantêm. A estatística contemporânea de sermos uma "África brasileira", nos coloca uma questão fundamental que é a invisibilidade secular das referências territorializadas de matriz africana no nosso país. Os espaços religiosos africanos e afrobrasileiros no Brasil são um dos que mais se acometem deste processo de inexistência oficial e este é um fato de agravamento para o processo de planejamento e gestão nas políticas públicas e privadas para estes tipos de territórios étnicos. Dessa forma, discutir e avaliar os registros existentes no Brasil e as possibilidades de alteração desse quadro nesta 1ª. metade do século XXI, são demandas necessárias para direções mais assertivas. Em que pese as leis que nos coisificaram no passado, paradoxalmente a nossa religião nos legou a família de santo e a permanência dos seus fundamentos que nos re-uniu. Pela iniciação fomos sensibilizados de corpo e mente para imergir na encruzilhada da vida e nas histórias que nos propiciam ainda hoje viver na inteireza ancestral e a nossa condição de reis, rainhas, caçadores, guerreiros e protetores de africanos e africanas em diáspora no Brasil. Somos de candomblé. A nossa ancestralidade nos legou esta consciência e o anseio da vida em comunidade. Agora vivemos uma necessidade premente. Precisamos saber quantos somos, quem somos e onde podemos nos encontrar como espaço geo-sócio-político-psíquico-antropológico sem perder o sentido da fraternidade cósmica do mesmo modo como nos reuniu os mais antigos.

**Referências básicas da Mesa 2:** O território visto como uma instância concreta das acumulações desiguais dos distintos tempos é o principal revelador dos espaços visíveis oficialmente, ou seja, os aceitos e formalizados pelo sistema dominante e, os invisíveis, que correspondem aos territórios usados que não devem ser mostrados na cartografia e paisagem geográfica oficial, associados a expressões territorializadas pejorativas, como favelas, o povo da periferia, os pobres, os mocambos, os quilombos, dentre outras. No bojo destes dois "Brasis" (formal/informal ou incluído/excluído) estão as populações e os territórios de matriz africana, secularmente à margem dos projetos do país, com tratamento "residual" e políticas de invisibilidade, onde a inexistência é uma das estratégias mais fundamentadas. Estas são instâncias concretas no conjunto amplo das contradições, que têm como "pano de fundo" as referências dos cinco séculos de sistema escravista criminoso (aqui incluímos os quatro séculos do Brasil Colonial e os 100 anos do século XX do Brasil República de mentalidade escravocrata), ainda não

resolvidas no país. Este é o contexto fundamental das questões tratadas e debatidas do Brasil Africano.

No processo de trabalho desenvolvido nas atividades, concordamos e tornamos público que não podemos mais nos calar diante do momento perigoso da história da redemocratização da nação e do Estado com tantos registros reais oriundos do “racismo estrutural e institucional” que acomete o nosso país. Importante lembrar que o Brasil constitui, na atualidade, a mais relevante unidade política com registros das referências do continente africano “fora” da África, ou seja, o nosso lugar no mundo é de um país africanizado e, não de “maquiado” de europeu como se apresenta.

Apesar desse contexto historiográfico, constatamos, ao longo do século XX e nestes vinte e dois anos do século XXI, um conjunto de distorções, preconceitos e invisibilidades relacionadas às matrizes afrobrasileiras, no sentido largo, sobretudo no processo educacional, na intolerância religiosa e nas ações de ordenamento do território pelo Estado, ou seja, há um comprometimento estrutural no exercício da cidadania dos brasileiros e das brasileiras de referência africana, excluídos de participar da “geopolítica oficial” do país.

Neste sentido, as apresentações e discussões ocorridas nestas Mesas Redonda, apontaram contextos e direções que merecem atenção e tomada de providências junto ao setor decisório público nas suas diferentes esferas, assim como, pelo setor privado e os segmentos organizados da sociedade brasileira.

As principais direções são as seguintes:

**Primeira direção.** Referente ao Estado Democrático de Direito.

A existência e a manutenção do racismo estrutural do Estado brasileiro é o entrave fundamental para a ineficácia das políticas públicas reparatórias no território nacional permeado por várias incongruências e incompatibilidades, como podemos observar nos exemplos a seguir:



A segregação socioespacial nas grandes cidades do país, onde está a maioria significativa da população afrobrasileira é o fato geográfico mais evidente do aprofundamento das desigualdades;

A inexistência das referências africanas e afrobrasileiras na historiografia oficial no processo educacional em todos os níveis – fundamental, médio e superior;

Na saúde, o preconceito e a negligência crescentes nos atendimentos acometem principalmente a população negra do país;

Na resolução das demandas emergenciais dos territórios tradicionais – quilombos rurais e urbanos e terreiros religiosos, principalmente;

Na revisão dos conceitos e práticas da segurança da sociedade brasileira, o extermínio da população jovem negra é uma fato incontestável. Nas oportunidades de trabalho e de emprego, a maioria significativa dos desempregados da nação são pardos.

Perspectiva: A manutenção deste quadro sócio-político-territorial de mentalidade colonial no país assegura às situações cotidianas a manutenção dos conflitos, as marginalizações, as exclusões e a falta de informação, tendo como agravante maior o aprofundar do preconceito e do desconhecimento do Brasil Africano real.

**Segunda direção.** O Ordenamento do Território Brasileiro e a Exclusão Secular.

Que os setores da governança do país tratem das questões estruturais dos territórios e dos povos de matriz africana como política de Estado e não de Governo.

É necessário que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal criem mecanismos reais de respeito, reconhecimento e regularização fundiária dos territórios étnicos: quilombos e terreiros religiosos.

Faz-se necessário uma revisão do modelo institucional de condução dos processos de reconhecimento e titulação que ocorrem atualmente em

distintos ministérios do governo federal – um modelo dispersivo e desagregador que inviabiliza a eficácia nos processos e pode ser alterado com prioridade jurídica e política.

Os terreiros religiosos de matriz africana podem e devem ser vistos como soluções para as demandas do Estado e não como problemas. Neste sentido, é imprescindível o fortalecimento dos Comitês Gestores das Agendas Sociais.

**Terceira direção.** A Cartografia Pendente e as Bases de Dados Precárias dos Territórios Tradicionais de Matriz Africana.

Não é mais cabível ao Brasil não ter uma Cartografia Oficial com os registros espaciais dos Territórios Tradicionais de Matriz Africana, sobretudo, os Terreiros e os Quilombos Contemporâneos, como ferramentas estruturais para dar suporte às políticas públicas necessárias e pendentes. A omissão desses instrumentos técnicos para a gestão governamental cria mais possibilidades de conflitos territoriais e de tensões sociais para os agentes e para os atores envolvidos nos processos.

A ausência de uma política e de uma agência cartográfica da União, assim como as dificuldades operacionais e institucionais para a eficácia da Infraestrutura de Dados Espaciais – a INDE Brasil – são componentes estratégicos que contribuem para a grave inexistência da cartografia dos territórios tradicionais secularmente invisíveis.

**Quarta direção.** A Educação Precária das Matrizes Africanas no Brasil.

O desconhecimento da legislação e das políticas públicas para a promoção da igualdade racial por parte dos gestores, professoras e professores das escolas de Educação Básica e Fundamental é um fato que compromete a promoção de mudanças no país mais africano do planeta fora da África.

A ausência de reconhecimento da produção intelectual negra e a baixa representatividade da sua população em cargos da governança em todos os níveis são contextos reais de comprometimento no processo educacional.

A articulação institucional e política para a implementação do Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases, sobre a divulgação das experiências exitosas e a

destinação das verbas para a formação dos professores é uma pista concreta para auxiliar na alteração deste quadro de abandono secular.

Do ponto de vista estratégico é fundamental uma efetiva representatividade da questão étnico-racial no quadro docente, nos currículos e na gestão das instituições de ensino.

**Quinta direção.** A Ignorância Geográfica do Povo Brasileiro.

A carga horária reduzida, a precariedade das condições de trabalho. A insuficiente formação continuada e um processo crescente de banalização dos conceitos geográficos e ferramentas da Geografia são indicadores de um processo, em curso, de “ignorância geográfica” na cidadania dos brasileiros e brasileiras.

A Geografia dos Povos Originários e de Matrizes Africanas no Brasil é uma pendência desde a implementação da educação da Geografia – no Império e depois na República. A Geografia Brasileira tem esta “dívida” secular!

Temos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, com o auxílio da ciência e da tecnologia, é possível proporcionar elementos que subsidiem e modifiquem a adoção de medidas concretas para mudar a situação emergencial do “racismo estrutural e institucional” praticado há cinco séculos no “Brasil Africano”.

**Sexta direção.** O Desrespeito com o Urbanismo e a Arquitetura Afrobrasileira.

A invisibilidade e apagamento das cidades negras. Os diversos processos de produção das cidades negras afro-centradas, afro-referenciadas e afro-diaspóricas que edificam cidades e arquiteturas afrobrasileiras com cosmopercepções, éticas e estéticas negras.

A violência e o racismo ambiental, estrutural, institucional e simbólico produzindo processos de racialização das cidades, e segregações étnico-raciais. Os processos de branqueamento da cidade, com a expulsão das populações negras de áreas centrais, de gentrificações de áreas urbanas degradadas com a remoção paulatina da população negra.

A necessidade de construção de políticas públicas antirracistas nas cidades brasileiras para o acesso ao direito à cidade pela população negra se impõe como elemento central da reparação e dignidade dos negros no Brasil.

### **GC - Signatários**

Instituições Participantes e Apoiadoras da Mesas Redonda 1 e 2, **Mapeamento dos Terreiros Religiosos de Matriz Africana no Brasil: Possibilidades e Perspectivas na Governança Oficial e Ordenamento do Território Afrobrasileiro & a Mentalidade Colonial Dominante: Perspectivas para a Governança Territorial**

Projeto GEOAFRO

CIGA-GEA-UnB

PÓS-AFRO-UFBA

CEAO-UFBA

Instituto Baobás

ETNICIDADES-UFBA

GEOCRACIA

### **Colaboradores e Participantes:**

Decano Carlos Moura

Profa. Dra. Glória Moura

Msc. Marjorie Chaves

Msc. Pamela Morales,

Profa. Dra. Valéria Carvalho

Thea Weber Garcia

Lara Leise de O. Teles

Jennifer Ágata D. Pinheiro

Maria Eduarda Alves de Carvalho

Sarah Alves

Izaque Nascimento

Jaqueline Batista de Souza

Estifare Guedes Oliveira

Gabryelle Loiola Lima

Maria Virgínia Pantuzza

Carlos Eduardo da Cunha Rodrigues

Giovana Cristina Vieira Gomes

Gustavo Gomes dos Anjos

Ângela Cristina Cabral da Silva

Carlos Henrique de Lima



Emanuel Canto de Sá Matos  
Gabriela Frião T. F. de Souza  
Ana Carolina O. Tessmann  
Marjorie F. Morais Crispim  
Luan Mateus Oliveira Silva  
Frederico Paiva Casimiro  
Luisa Helena Gonçalves  
João Gabriell Bernardes Medeiros  
Maria Rice da S. Penha  
Lucas S. Guarany  
Ana Carolina de S. Silva  
Luís Henrique Marques Rosa Buani  
Isabela Joane Dias da Silva  
Sâmia Mariana Araújo da Silva  
Lucas de O. Xavier  
David Wilyan Batista da Silva  
Adriano Dias Cótio  
Gabriel Alves M. Silva  
Lara Nunes  
Narlo Manyo  
Julia Lima  
Laura das Chagas Mendes  
Rodrigo de Oliveira Vilela  
Gregório Mascarenhas Blasczyk  
Júlia Miranda Araújo  
Pamella Camily M. Lopes  
Sarah Alves de O.  
João Victor Guedes  
Marcelo Merlurich  
Gabriela Chagas dos Santos  
Giovanna Soares  
Maria Eduarda Alves de Camello  
Beatriz Santos de Oliveira  
Ana Beatriz da Costa Martins  
Fernanda Rosa de Almeida  
Luis Buló Silva dos Reis  
Isaac de Paula Oliveira  
Taynces Egas Costa

Lais Tavares Drumond  
Jandara Pimentel Santana  
Ana Terra P. Santana  
Amanda Rodrigues S. da Silva  
Luis Henrique M. R. Buari  
Gabriela Ferreira e Silva  
Camila Alves Santos  
Halana Michele Pereira Mota  
Hugo Van Behr  
Letícia Resende Lucas  
Estéfane G. Oliveira  
Jaqueline Batista de S.  
Leonardo Luiz de Oliveira  
Davi Carvalho C. Magalhães  
José Luis de Oliveira  
Katimel Mesquita  
José Mateus Silva Montes  
Samyra Martins  
Keven Silva  
Mariele R. de Carvalho  
Sabrina Alvim  
Felipe Luis Brito Sousa  
Lucas Lorde Alves  
Chalise  
Iago Gabriel  
Geovana Farias  
Rakell Silva Souza  
Gabriel Pereira Silva  
Lucas da Silva Teixeira  
Rafael Beleza B. Nogueira  
Bruna Luiza C. Mendes  
Luisa Helena M. Corrêa  
Matheus Oliveira Honorio  
Giovanna Reges Leal Bernardes  
Roberta Farias Martins  
Palloma Santos ferreira  
Gabriel Martins Barbosa  
Newton C. Duarte Pereira